



# 4º Encontro da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas

#ParlAmericasOPN

O 4º Encontro da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas, anfitriada pela Assembleia Nacional do Equador, reuniu parlamentares e especialistas para o compartilhamento de experiências, conhecimentos e estratégias para fortalecer o trabalho de supervisão dos parlamentos através de planos de ação - e iniciativas de parlamento aberto - desenvolvidos em colaboração com a sociedade civil. O tema do encontro, *Além dos Muros do Parlamento: Fortalecendo a Supervisão Parlamentar*, concentrou-se no importante papel do parlamento para fazer avançar padrões mais elevados de transparência e prestação de contas em todos os setores do governo, condição necessária para alcançar o progresso das medidas anticorrupção delineadas no [Compromisso de Lima](#) (em espanhol) e promover uma implementação mais eficaz da Agenda 2030 e dos seus [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (em espanhol).

## TEMA

Além dos Muros do Parlamento:  
Fortalecendo a Supervisão Parlamentar

## LOCAL

Quito, Equador

## DATA

De 12 a 14 de março de 2019

## PARTICIPANTS

Mais de 100 parlamentares, assessores parlamentares e representantes da sociedade civil, representando 27 países



Esta atividade está alinhada com o ODS 16



Exma. Elizabeth Cabezas



Senadora Blanca Ovelar



Exmo. Robert Nault

A reunião foi aberta pela Exma. **Elizabeth Cabezas** (Equador), Membro e Presidente da Assembleia Nacional do Equador e Vice-Presidente do ParlAmericas; pelo Exmo. Membro do Parlamento do Canadá **Robert Nault** (Canadá), Presidente do ParlAmericas; e pela Exma. Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), presidente da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas.

## Sessão de Trabalho 1: Ruma a uma Transformação Sistêmica para Combater a Corrupção

Após o Compromisso de Lima adotado na 8ª Cúpula das Américas sobre “Governança Democrática contra a Corrupção”, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) encomendou um Relatório a um Grupo Consultivo de Especialistas sobre Combate à Corrupção, Transparência e Integridade na América Latina e Caribe para identificar abordagens inovadoras e eficazes para combater a corrupção na região. Com base neste relatório, esta sessão analisou as principais características da corrupção na região e propôs uma agenda ambiciosa para uma transformação mais sistêmica, com foco na implementação do estado de direito e no controle da corrupção. A sessão foi moderada pela Congressista **Cecilia Chacón** (Peru), Membro do Conselho do ParlAmericas, e contou com duas apresentações principais. **Juan Ricardo Ortega** ([apresentação](#) em espanhol), Assessor Sênior do Banco Interamericano de Desenvolvimento, apresentou os principais pontos do relatório do BID, examinando a amplitude dos esforços necessários nos níveis nacional, regional e global para abordar sistematicamente a corrupção no hemisfério. **Shaazka Beyerle** ([apresentação](#) em espanhol), consultora sênior de pesquisa do Programa de Ação Não Violenta do Instituto da Paz dos Estados Unidos, apresentou descobertas sobre os vínculos entre corrupção, insegurança e conflitos violentos e discutiu oportunidades de maior colaboração com a sociedade civil para combater esse fenômeno.

A abertura foi seguida por uma série de sessões de trabalho, em que os participantes se engajaram em produtivas trocas de experiências e de boas práticas. As discussões exploraram as principais características da corrupção na região e propuseram uma agenda ambiciosa em direção a uma transformação mais sistêmica, bem como estratégias e mecanismos para fortalecer a supervisão parlamentar sobre estruturas e práticas legislativas para abrir governos, prevenir a corrupção, processar os perpetradores e recuperar os bens roubados.

Uma mesa redonda de trabalho centrou-se no desenvolvimento de ações concretas que podem ser tomadas pelos parlamentos para promover um Estado mais aberto. Os participantes exploraram oportunidades para aplicar abordagens de parlamentos abertos ao trabalho legislativo sobre importantes questões de políticas públicas, como igualdade de gênero, adaptação às mudanças climáticas, redução do risco de desastre e a inclusão dos povos indígenas. Os participantes também discutiram suas experiências e ideias para a colaboração com a sociedade civil visando ao fortalecimento da supervisão parlamentar sobre questões de desenvolvimento sustentável.

### Relatório do Grupo Consultivo de Especialistas sobre Combate à Corrupção, Transparência e Integridade na América Latina e Caribe



O relatório de 2018 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) reúne décadas de experiência de estudiosos e profissionais de governança e anticorrupção, identificando uma estratégia multifacetada para combater a corrupção nas Américas e no Caribe. O relatório traz abordagens inovadoras para uma transformação sistêmica para fortalecer o estado de direito, garantir uma economia competitiva com incentivos à ética nos negócios, estabelecer processos abertos de compras governamentais e contratação, regular o financiamento político, acabar com a propriedade sigilosa de empresas e fontes de financiamento, adotar inovações no setor público e sobre os governos abertos a contribuições e experiências dos cidadãos e cidadãs por meio de um enfoque participativo no combate à corrupção. Consulte o [relatório completo neste link](#) (em espanhol).

Tomamos a decisão, através de uma reforma do Regimento Interno da Assembleia Nacional, de estabelecer o Centro Legislativo de Análise e Pesquisa, o que nos permitirá ter uma análise muito mais ágil da legislação, tanto ex ante quanto ex post, e acima tudo, fortalecer os mecanismos de transparência para informar os cidadãos e cidadãs, bem como os elos que estamos tecendo com diferentes organizações da sociedade civil.



Exma. **Elizabeth Cabezas** (Equador), Presidente da Assembleia Nacional e Vice-Presidente do ParlAmericas

A democracia é vital para o progresso, mas também é frágil. Como autoridades eleitas, temos a obrigação de liderar pelo exemplo e estamos em uma posição única para criar espaços de colaboração com a sociedade civil para fortalecer nossa supervisão da implementação de leis e políticas públicas que afetam suas vidas. É crucial que o público sinta que está sendo adequadamente representado e incluído.



Deputado **Robert Nault** (Canadá), Membro do Parlamento e Presidente do ParlAmericas

Várias iniciativas regionais de aspirações elevadas e altruístas que convocam nações e seus representantes muitas vezes sucumbem a uma montanha de burocracia que não serve a ninguém. Quando os papéis são concluídos, os planos são feitos, mas tudo permanece o mesmo. Precisamos melhorar a qualidade dos governos e a resposta política às necessidades das pessoas. Essa é a base que nos move e é para aí que os esforços do ParlAmericas são orientados.



Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), Presidente da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas

Quando falamos em engajamento proativo dos cidadãos e cidadãs, queremos dizer que pessoas comuns exercem poder e agem como protagonistas para coibir a corrupção, aumentar a transparência, obter responsabilidade, melhorar a governança e todos esses desafios interligados em nossa sociedade.



**Shaazka Beyerle**, Consultora Sênior de Pesquisa, Programa de Ação Não Violenta, Instituto da Paz dos Estados Unidos

Temos que diminuir a pobreza e a desigualdade que existem em nossos países que tem sido o terreno fértil para a corrupção [...] Utilizemos e aproveitemos essa oportunidade oferecida pelo ParlAmericas e o movimento de parlamento aberto para compartilhar nossas experiências.



Congressista **Cecilia Chacón** (Peru), Membro do Congresso e Membro do Conselho do ParlAmericas

Os programas de compras governamentais precisam ser fortalecidos. Precisamos criar uma relação estreita com os cidadãos e cidadãs e fornecer informações úteis. Dar-lhes um contrato não ajuda. É quando você tem tempo para dizer a eles e a elas o que vão receber, o que devem ver, que qualidade de materiais deve ser usada, quanto tempo o trabalho durará, que bens e serviços serão fornecidos, que você irá satisfazer suas necessidades (para a compreensão e participação ativa deles e delas). Quando essa informação é dada, você pode ter transparência nas compras públicas.



**Juan Ricardo Ortega**, Assessor Sênior, Banco Interamericano de Desenvolvimento

## Sessão de Trabalho 2: Fortalecendo a Supervisão Parlamentar para Promover a Abertura e Combater a Corrupção

Um parlamento aberto é transparente, responsável, cria oportunidades para a participação dos cidadãos e cidadãs e respeita os mais altos padrões éticos. Também promove a aplicação desses princípios no poder executivo, por meio de sua função de supervisão. Esta sessão explorou estratégias e mecanismos para fortalecer a supervisão parlamentar de estruturas e práticas legislativas para abrir governos, prevenir a corrupção, processar os perpetradores e recuperar os bens roubados. Foi moderada pela deputada **María Inés Solís Quirós** (Costa Rica), vice-presidente da Assembleia Legislativa e membro do Conselho do ParlAmericas e contou com apresentações de quatro especialistas em combate à corrupção. **Anande Trotman-Joseph** ([apresentação em espanhol](#)), presidente da Comissão de Integridade e Anticorrupção de Granada, que discutiu os principais aspectos de um sistema de integridade pública; **Esteban Fullin** ([apresentação em espanhol](#)), assessor de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo para a América Latina e o Caribe no Fundo Monetário Internacional, que falou sobre os componentes de um sistema eficaz de combate à lavagem de dinheiro, incluindo a posse beneficiária; **Juan Ricardo Ortega** ([apresentação em espanhol](#)), assessor Sênior do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que concentrou-se nas ferramentas legislativas para recuperar ativos e instrumentos roubados para apoiar a colaboração internacional na área; e **Jaime B. Guerrero** ([apresentação em espanhol](#)), sócio do escritório de advocacia Foley & Lardner LLP, que discutiu os principais elementos dos regimes de conformidade anticorrupção no setor privado e as boas práticas na legislação nacional e extraterritorial anticorrupção.

Após essas apresentações, o deputado **Randy Boissonnault** (Canadá), e Vice-Presidente da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas facilitou as discussões em grupo durante as quais os parlamentares identificaram ações que poderiam tomar em seus respectivos países para tratar de um caso fictício anticorrupção. Ao fazê-lo, eles consideraram desafios, soluções legislativas e estratégias para engajar a sociedade civil visando à melhoria da supervisão legislativa e das políticas públicas relevantes para o caso escolhido por cada participante.



É muito importante, ao implementar um sistema anticorrupção, que você tenha uma estratégia para isso. Você faz isso em âmbito nacional, mas as partes interessadas devem ser regionais e globais. É muito importante aproveitar oportunidades como esta para apoiar uns aos outros, partilhar conhecimentos e recordar que vontade política e liderança são necessárias para implementar integralmente as políticas, agendas legislativas, estratégias nacionais, orçamentos, que realmente garantam a nossa integridade e que as redes de combate à corrupção possam trabalhar de forma independente, desenvolvimento de treinamento, educação pública e outras áreas relevantes.



**Anande Trotman-Joseph**,  
Presidente, Comissão de  
Integridade e Anticorrupção  
de Granada

A última grande mudança que ocorreu nos padrões internacionais anda de mãos dadas com a transparência das pessoas jurídicas. [...] A figura do beneficiário efetivo foi criada, e os Estados são chamados a ter algum tipo de registro ou informação sobre quem é o beneficiário efetivo de uma empresa, [...] a pessoa física ou pessoas que, em última análise, possuem ou controlam, um cliente ou em cujo nome uma transação está sendo conduzida. É importante que a informação sobre a propriedade efetiva esteja disponível para as autoridades competentes, sem impedimentos.



**Esteban Fullin**, Assessor Regional para  
a América Latina e Caribe sobre  
Combate à Lavagem de Dinheiro,  
Fundo Monetário Internacional

Entidades do setor privado estão empreendendo esforços inovadores para conter a corrupção, por exemplo, usando tecnologia, incluindo inteligência artificial, para analisar, revisar e identificar potenciais atividades corruptas, bem como para simplificar os esforços de due diligence relacionados a intermediários terceirizados (consultores, agentes, distribuidores, etc.).



**Jaime B. Guerrero**, Sócio,  
Foley & Lardner LLP



# Resumo do Relatório da Mesa Redonda: Desafios e soluções para assegurar a supervisão parlamentar efetiva das medidas de abertura e anticorrupção das instituições governamentais

Desafios	Soluções
<p><i>Limitado acesso à informação em tempo hábil:</i></p> <p>Os relatórios solicitados pelo parlamento não são respondidos ou as informações são compartilhadas com atraso, o que prejudica a pesquisa e os dados necessários para tomar decisões.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Estabelecer sanções mais drásticas contra instituições públicas que não respondam a tempo aos pedidos de relatórios.</li><li>⇒ Adotar disposições para limitar os privilégios ministeriais por razões de transparência.</li><li>⇒ Estabelecer ou institucionalizar protocolos ou mecanismos de colaboração com outras instâncias e órgãos do Estado que garantam o acesso a informações a tempo.</li></ul>
<p><i>Reduzida capacidade de conduzir investigações:</i></p> <p>Capacidade limitada para convocar testemunhas e fazer perguntas, bem como realizar investigações.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>⇒ Fortalecer as comissões de pesquisa e supervisão nos parlamentos.</li><li>⇒ Conceder às comissões a capacidade de convocar qualquer testemunha.</li><li>⇒ Criar incentivos para reportar, de forma que as informações sobre conduta imprópria ou ações ilegais de empresas sejam compartilhadas.</li><li>⇒ Rever a legislação anticorrupção que abrange entidades do setor privado e considerar, por exemplo, a responsabilidade criminal de pessoas jurídicas, padrões de transparência para empresas, a criação de um órgão de fiscalização especializada que supervisione sistemas de conformidade e integridade, entre outros.</li><li>⇒ Realizar reuniões especiais de comitês reservados e confidenciais para ouvir as declarações e informações do executivo.</li><li>⇒ Alocar recursos adequados para comissões que tratem da integridade pública para permitir investigações apropriadas e independentes do parlamento e do governo.</li></ul>

Challenges	Solutions
<p><i>Poucos recursos para o exercício da supervisão parlamentar:</i></p> <p>Falta de pessoal no parlamento dedicado ao escrutínio pós-legislativo para garantir que as leis incluam dispositivos de aplicação apropriados para sua efetiva implementação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estabelecer uma ou mais comissões parlamentares responsáveis pelo escrutínio das leis existentes, a fim de garantir que elas contribuam efetivamente para o combate à corrupção.</li> <li>➤ Criar um banco de dados mostrando o custo histórico de obras públicas para permitir comparações e ajudar a supervisionar a contratação pública e identificar e justificar quaisquer discrepâncias importantes.</li> <li>➤ Fortalecer os mecanismos para facilitar o escrutínio pós-legislativo, por exemplo, através do estabelecimento de uma forte comissão de integridade e combate à corrupção, acesso à lei de informação e proteção aos denunciantes, entre outros.</li> <li>➤ Estabelecer mecanismos de responsabilização permanentes e transparentes, incluindo a exigência de declarações de bens que permitam a supervisão por parte dos cidadãos/cidadãs e do parlamento.</li> <li>➤ Expandir o escopo dessas declarações para incluir também membros da família de funcionários públicos de alto nível.</li> </ul>
<p><i>Ausência de mecanismos de colaboração:</i></p> <p>Falta de colaboração nos níveis internacional e nacional, bem como poucos canais de cooperação entre o parlamento e o judiciário ou entidades de fiscalização, já que acordos e colaborações são normalmente realizados com o poder executivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Considerar a corrupção transnacional como parte da estratégia nacional de gestão de risco e desenvolver relações bilaterais e tratados entre países para promover a colaboração na luta contra a corrupção.</li> <li>➤ Estabelecer sistemas permanentes de comunicação transfronteiriços para o intercâmbio de informações fiscais em diferentes instâncias, inclusive por meio de canais interparlamentares.</li> <li>➤ Adotar acordos de cooperação entre os parlamentos para facilitar a diplomacia parlamentar e o acesso à informação sobre casos de corrupção.</li> <li>➤ Promover uma melhor colaboração com entidades judiciais e fiscais (instituição superior de auditoria, procurador geral, unidades de investigação financeira) no trabalho das comissões parlamentares.</li> </ul>

# Resumo do Relatório da Mesa Redonda: Oportunidades de colaboração com a sociedade civil para contribuir para uma supervisão parlamentar mais eficaz das medidas de abertura e anticorrupção das instituições governamentais

- Considerar as descobertas e informações divulgadas por campanhas ou iniciativas conduzidas por cidadãos e cidadãs como parte das práticas de supervisão parlamentar.
- Capacitar a sociedade civil com informações e espaços de treinamento voltados para a compreensão dos casos de corrupção, bem como promover sua capacidade de organização.
- Desenvolver leis de forma colaborativa, trabalhando em conjunto com a sociedade civil sobre essas questões e estabelecendo espaços para a co-criação.
- Facilitar o acompanhamento da sociedade civil nas investigações e consequentes denúncias feitas pelo parlamento, para fortalecer sua credibilidade e visibilidade junto ao público.
- Incentivar a participação e colaboração entre grupos de interesse, organizações sem fins lucrativos e todos os partidos políticos para desenvolver soluções conjuntas.
- Encorajar relatórios e pesquisas na mídia para lidar com casos de corrupção.
- Estabelecer treinamento para jovens nas universidades para entender melhor essa questão.
- Estabelecer ou fortalecer mecanismos de participação cidadã por meio de legislação.
- Promover pesquisas acadêmicas que permitam uma melhor análise e acesso a informações sobre temas relacionados à corrupção.
- Garantir o direito de acesso à informação para a mídia.
- Promover a participação da sociedade civil nos processos de supervisão e auditoria e fortalecer seu conhecimento sobre os instrumentos legais disponíveis e os processos para solicitá-los, para que possa exercer seu direito de responsabilizar as instituições públicas.
- Promover a criação de comissões mistas que incluam a participação da sociedade civil e de outras instituições, quando necessário.
- Criar conjuntos de ferramentas para a visualização de dados de contratação pública, a fim de promover a supervisão da sociedade civil.

## Sessão de Trabalho 3: Aplicando Práticas de Abertura para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



O papel de supervisão do Parlamento vai além das estruturas de boa governança para as questões cotidianas, incluindo aquelas cobertas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que realmente impactam sobre as vidas dos cidadãos e cidadãs. A promoção da aplicação de princípios de abertura nas políticas e programas governamentais relacionados a essas questões, bem como na supervisão dessas áreas pelo parlamento, pode fortalecer esse processo e levar a melhores políticas públicas. Esta sessão concentrou-se no desenvolvimento de ações concretas que podem ser tomadas pelos parlamentos para promover um Estado mais aberto, por meio de estudos de casos com enfoque na igualdade de gênero, adaptação às mudanças climáticas, redução dos riscos de desastres e inclusão dos povos indígenas. A sessão foi moderada pelo Membro do Parlamento, Hon. **Arthur Holder** (Barbados), presidente do Parlamento e membro do Conselho do ParlAmericas, e contou com apresentações de três representantes da sociedade civil que trabalham com essas questões.

**Juana Herrera** ([apresentação](#) em espanhol), presidente do Fórum Nacional de Mulheres em Partidos Políticos (FONAMUPP), discutiu iniciativas para superar barreiras à participação das mulheres na vida política e apresentou propostas de colaboração com a sociedade civil para abordar essa questão.

**Leví Sucre** ([apresentação](#) em espanhol), Coordenador do Bloco Atlântico da Rede Indígena Bribri Cabécar, apresentou as conquistas que resultaram de uma colaboração com o poder executivo do governo para incluir os povos indígenas nas decisões públicas que os afetam. **Zakiya Uzoma-Wadada**

([apresentação](#) em espanhol), presidente do Instituto de Recursos Naturais do Caribe (CANARI), prestou assessoramento para fortalecer a colaboração entre o parlamento e a sociedade civil de forma a avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com base na sociedade civil e no programa de governança do CANARI.

Após o painel, a deputada **Cristina Cornejo** (El Salvador) e Membro do Conselho do ParlAmericas, facilitou discussões em grupo nas quais os/as parlamentares compartilharam suas experiências e ideias relativas à colaboração com a sociedade civil para fortalecer a supervisão parlamentar em questões de desenvolvimento sustentável, mais especificamente igualdade de gênero, inclusão dos povos indígenas e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



O fato de o governo fornecer dados abertos, disponibilizando essas informações para nós, nos permitiu ter mais tempo para gerar nossas propostas em relação às iniciativas do governo. Uma parte importante de ter esses dados abertos é que isso nos permitiu trazer informações sem distorção para as nossas comunidades [...] É mais fácil construir uma agenda com o governo e monitorá-la quando você tem a informação certa e na hora certa.



**Leví Sucre**, Coordenador, Bloco Atlântico da Rede Indígena Bribri Cabécar



Os parlamentos podem engajar a sociedade civil no processo formal para monitorar a implementação nacional (de legislação e políticas públicas para governar os recursos naturais), reconhecendo, ao mesmo tempo, o valor do monitoramento independente e da supervisão por parte dela, por exemplo, através de relatórios alternativos ou de desempenho e projeções.



**Zakiya Uzoma-Wadada**, Presidente, Instituto de Recursos Naturais do Caribe



Existe uma oportunidade de colaboração entre parlamentares e organizações da sociedade civil para romper as barreiras que impedem a participação igualitária das mulheres em cargos eletivos e, assim, garantir o envolvimento ativo das mulheres na política.



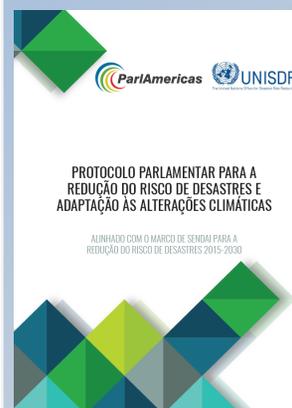
**Juana Herrera**, Presidente, Fórum Nacional de Mulheres em Partidos Políticos (FONAMUPP)

# Resumo do Relatório da Mesa Redonda: Oportunidades gerais de colaboração com a sociedade civil para fortalecer a supervisão parlamentar em questões de desenvolvimento sustentável

- Criar espaços para a participação de cidadãos/cidadãs e organizações não-governamentais em discussões orçamentárias, tais como consultas pré-orçamento e audiências públicas, permitindo-lhes compreender o orçamento e contribuir com as discussões parlamentares sobre a supervisão do orçamento.
- Criar espaços para a participação de cidadãos/cidadãs e organizações não-governamentais na supervisão da legislação, tais como audiências públicas, para garantir que as leis levem em conta as realidades culturais e que estas sejam abordadas com sensibilidade durante sua implementação.
- Estabelecer fóruns de análise de cidadãos e cidadãs que permitam a participação aberta sem restrições, para revisar legislação, projetos de lei, ações do poder executivo e alocações orçamentárias e propor emendas à legislação e / ou propor outras ações políticas ao parlamento com base em um acordo alcançado por aqueles que participam deste espaço.
- Desenvolver mecanismos de colaboração para levar a cabo campanhas de formação e sensibilização sobre o a agenda e o processo legislativo, para educar a sociedade civil e promover uma participação efetiva no futuro.
- Promover e divulgar amplamente informações sobre os espaços de colaboração mencionados acima.



## Protocolo Parlamentar para Redução de Riscos de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas



Esta nova publicação desenvolvida pelo ParlAmericas e a UNISDR foi lançada no Encontro. Seu objetivo é orientar e apoiar o trabalho legislativo dos parlamentos nacionais das Américas e do Caribe na implementação do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, a fim de ajudar a melhorar a capacidade de adaptação e resiliência de seus países. O Protocolo está alinhado com as quatro prioridades identificadas no Marco de Sendai - compreensão, governança, investimento financeiro e aprimoramento da preparação - e apresenta ações recomendadas aos parlamentos para desenvolver ou adaptar a legislação sobre o risco de desastres. Além disso, o protocolo busca assegurar que as ações legislativas sejam inclusivas e baseadas em princípios de direitos humanos, com a aplicação de uma lente de gênero intersectorial e a participação ativa de mulheres, dos povos indígenas e grupos tradicionalmente marginalizados nos processos de tomada de decisão.



# Resumo do Relatório da Mesa Redonda: Ações para fortalecer a colaboração com a sociedade civil para melhorar a supervisão parlamentar da legislação e das políticas públicas relacionadas à promoção da igualdade de gênero, a inclusão dos povos indígenas na tomada de decisões públicas e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e ao risco de desastres



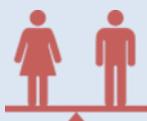
Colaborar com organizações não-governamentais e escolas em campanhas educativas para promover a igualdade de gênero e combater a discriminação e a violência contra as mulheres.



Descentralizar as responsabilidades para promover a colaboração com os municípios e organizações locais em planos de recuperação e resiliência de desastres, com base em necessidades específicas. Além disso, promover planos de reconstrução apropriados para cada localidade, identificando, por exemplo, problemas no litoral e garantindo orçamentos para essas ações.



Estabelecer um espaço permanente para a participação de representantes indígenas, tendo em mente a necessidade de uma mediação cultural para o diálogo efetivo, para a discussão de questões que os afetam ou são prioritárias, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e os procedimentos para consultas prévias, entre outros.



Estabelecer mecanismos de alerta antecipado em que os cidadãos/cidadãs possam denunciar casos de agressão contra as mulheres. Os dados produzidos por meio desse instrumento podem ser analisados conjuntamente pelos poderes executivo e legislativo, bem como pela sociedade civil, para determinar as ações legislativas e políticas que devem ser implementadas para evitar esse problema.



Fortalecer o diálogo entre as instituições que possuem informações relevantes relacionadas ao desmatamento ou ao crescimento da fronteira agrícola, para que o parlamento possa atuar como mediador de diálogos entre comunidades ou setores da população e instituições públicas que forneçam dados e elementos técnicos para a realização de políticas públicas e execução do orçamento nacional.



Adotar ações em favor dos povos indígenas e em respeito aos seus direitos nos planos nacionais de desenvolvimento e alocar um orçamento específico para organizações que representam grupos indígenas.

# Apresentação de Compromissos e Resultados Relativos ao Parlamento Aberto

As delegações parlamentares tiveram a oportunidade de apresentar os resultados dos compromissos assumidos anteriormente em nível nacional para a aplicação de medidas visando a abertura em seus parlamentos e compartilhar novos compromissos a serem implementados no próximo ano, a serem incluídos na Ferramenta de Compromisso do Parlamento Aberto do ParlAmericas. Essas sessões foram moderadas, respectivamente, pela deputada **Maritza Espinales** (Nicarágua) e pelo representante parlamentar **Andy Daniel** (Santa Lúcia), presidente da Câmara dos Deputados, ambos membros do conselho do ParlAmericas.



Ferramenta de compromisso do parlamento aberto

Visão geral

Os parlamentos das Américas e do Caribe estão empreendendo esforços para abrir suas instituições, por meio da implementação de compromissos adotados nos Planos de Ação de Parlamento Aberto, no Plano de Ação para um Governo Aberto ou através de compromissos diretos ao Parlamento.

Essa ferramenta, disponível também para download, permite aos usuários visualizar, acompanhar e comparar o progresso dos parlamentos na conquista de seus compromissos de abertura parlamentar, utilizando-se um modelo de semáforo como indicadores.

Informação não disponível   Não iniciado   Iniciado mas não concluído   Em processo ou parcialmente concluído   Concluído

Metodologia

Esta ferramenta contém compromissos adotados pelos parlamentos membros por meio de um dos seguintes métodos:

1. Compromissos legislativos adotados pelo país no Plano de Ação de Parlamento Aberto, tanto como um plano independente ou como um anexo do Plano de Ação da Aliança para o Governo Aberto;
2. Compromissos legislativos adotados e incluídos no Plano de Ação da Aliança para o Governo Aberto;
3. Compromissos aprovados por delegações parlamentares que participaram de reuniões da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.

O progresso de cada compromisso é mensurado e reportado ao ParlAmericas pelo respectivo parlamento.

Compromissos por Pilares do Parlamento Aberto

Consulte todos os compromissos parlamentares divididos por área temática, de acordo com os pilares do Rolero para a Abertura Legislativa do ParlAmericas.

Participação Cidadã   Planejamento Estratégico   Prestação de Contas   Transparência e Acesso à Informação Pública   Ética e Probidade

Compromissos por Parlamento

Chile	2017-2016 Plano de Ação de Parlamento Aberto	Compromissos Compromissos
	2014-2016 Plano de Ação de Parlamento Aberto	
Colômbia	2016-2019 3o Encontro da Rede de Parlamento Aberto do Parlamento	Compromissos Compromissos
	2017-2019 Plano de Ação para um Congresso Aberto e Transparente	
	2016-2017 Plano de Ação para um Congresso Aberto e Transparente	
Costa Rica	2017-2019 Plano de Ação da Aliança para o Governo Aberto	Compromissos Compromissos
	2016-2017 Plano de Ação de Parlamento Aberto	
	2015-2016 Plano de Ação para a Abertura Legislativa	
	2016-2019 3o Encontro da Rede de Parlamento Aberto do	

## Ferramenta de Compromisso do Parlamento Aberto do ParlAmericas

Os parlamentos das Américas e do Caribe estão empreendendo esforços para abrir suas instituições por meio da implementação de compromissos adotados como parte de um Plano de Ação de Parlamento Aberto, um Plano de Ação de Governo Aberto ou outras iniciativas relacionadas ao ParlAmericas. A Ferramenta de Compromisso do Parlamento Aberto do ParlAmericas permite que os usuários visualizem, comparem, baixem e acompanhem o progresso dos parlamentos no cumprimento dos seus compromissos de parlamento aberto usando um modelo similar a um semáforo. Os compromissos podem ser vistos por país e pelo Pilar do Parlamento Aberto (Transparência, Responsabilidade, Participação do Cidadão e Ética). Os parlamentos são convidados a [consultar a ferramenta aqui](#) e a enviar seus compromissos para [parlamericasopn@parlamericas.org](mailto:parlamericasopn@parlamericas.org).



# Conquistas desde o 3º Encontro da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas

País	Pillar	Conquistas
Argentina	 Planejamento estratégico	Sessões de capacitação na Câmara dos Deputados sobre o que é um parlamento aberto e como ele pode ser alcançado.
	 Transparência e acesso à informação	Taxa de resposta de 100% para 86 pedidos recebidos pelo Escritório de Acesso à Informação que foi criado no parlamento após a aprovação da Lei de Acesso à Informação Pública.
	 Transparência e acesso à informação	Portal de Dados Abertos lançado na Câmara dos Deputados.
	 Participação cidadã	Rede Parlamento Aberto, incluindo 6 organizações da sociedade civil que se reúnem a cada dois meses para debater com o Presidente da Câmara dos Deputados.
Equador	 Planejamento estratégico	Formação do Grupo Parlamento Aberto para a Ética e Transparência da Assembleia Nacional, com filiação suprapartidária.
Costa Rica	 Planejamento estratégico	Acordo assinado em 06 de março de 2019 pelos líderes de todos os partidos políticos e membros da Mesa do Parlamento expressando seu compromisso de trabalhar nos 4 pilares do parlamento aberto.
	 Planejamento estratégico	Avanços rumo à finalização e aprovação da política de parlamento aberto, depois de encontros com uma delegação do ParlAmericas e diálogo com a sociedade civil.
Paraguai	 Prestação de contas e participação cidadã	Avanços para a participação dos cidadãos no debate sobre o orçamento nacional através de solicitações de relatórios e audiências públicas.
	 Planejamento estratégico	Reuniões bimensais da Comissão do Senado sobre o Parlamento Aberto, em que os diretores dos departamentos administrativos ouvem os pedidos, observações e avaliações das partes interessadas e organizações da sociedade civil, a fim de acompanhar mais de perto o 2º Plano de Ação do Parlamento Aberto.
Suriname	 Transparência e acesso à informação	Informações mais detalhadas sobre projetos de lei, incluindo emendas, incluídas no site do parlamento.
	 Participação cidadã	Expansão de programas parlamentares para crianças e jovens, bem como um programa piloto para idosos.
	 Planejamento estratégico	Iniciativas para fortalecer a instituição do parlamento, sua independência e sua capacidade profissional.

# Novos compromissos a serem implementados em 2019-2020

País	Pillar	Compromisso
Argentina	 Planejamento estratégico	<b>Programa Aberto do Parlamento</b> Estabelecer um programa de parlamento aberto na Câmara dos Deputados.
	 Participação cidadã	<b>Portal de Legislação Aberto</b> Lançar um portal on-line que permita ao público contribuir para a elaboração das leis, melhorando a qualidade da legislação por meio da colaboração distribuída, aumentando a transparência do processo de criação de leis e dando visibilidade aos projetos produzidos pelos membros da Câmara, promovendo um diálogo sobre essas questões.
Equador	 Planejamento estratégico	<b>1º Plano de Ação do Parlamento Aberto</b> Cocriar com a sociedade civil e adotar um Plano de Ação do Parlamento Aberto.
Paraguai	 Ética	<b>Marco Legal sobre Conflitos de Interesses</b> Estabelecer uma estrutura legal mais ampla para gerenciar conflitos de interesses em entidades públicas.
Canadá	 Planejamento estratégico	<b>Passos para um Plano de Ação de Parlamento Aberto</b> Desenvolver um guia sobre como participar de um processo formal no Parlamento do Canadá para cocriar com a sociedade civil um Plano de Ação de Parlamento Aberto.
Santa Lúcia	 Participação cidadã	<b>Oportunidades de Participação Cidadã</b> Rever as o regimento interno do parlamento para assegurar seu alinhamento com a prática moderna e aumentar a participação dos cidadãos/cidadãs no processo legislativo, particularmente a participação do público nas sessões da Casa do Parlamento.
Suriname	 Participação cidadã	<b>Sessão com Organizações da Sociedade Civil</b> Organizar uma sessão (s) com organizações da sociedade civil para discutir possibilidades de estruturar a colaboração com a Assembleia Nacional.
	 Participação cidadã	<b>Vídeo explicativo</b> Publicar um vídeo explicando o processo legislativo.
	 Transparência e acesso à informação	<b>Maior Transparência através do Site Parlamentar</b> Fornecer acesso a mais tipos de informação legislativa no site da Assembleia Nacional.

## Sessão de Treinamento: Escrutínio Pós-Legislativo

No âmbito do Encontro, uma oficina de trabalho sobre escrutínio pós-legislativo - a prática usada para monitorar e avaliar a implementação da legislação, garantindo que as leis beneficiem a sociedade da forma originalmente pretendida pelos legisladores - foi oferecida em colaboração com a [Westminster Foundation for Democracy](#) (WFD). Facilitado por **Franklin De Vrieze**, consultor sênior de governança da WFD, e **Devin O'Shaughnessy**, diretor de programas da WFD, a oficina forneceu uma [introdução](#) (em espanhol) e uma visão geral dos [princípios de escrutínio pós-legislativo pelos parlamentos](#) (em espanhol), e incluiu um painel com exemplos de práticas aplicadas no hemisfério, seguidas de um exercício de mesa redonda onde os/as parlamentares participantes trabalhavam em grupos para preparar um plano para examinar a legislação modelo de forma a avaliar sua eficácia.

Moderado por **Fernando Burbano** (Equador), membro da Assembleia Nacional, o painel incluiu apresentações de estudos de casos de quatro países: o senador **Percy Downe** ([apresentação](#) em espanhol) apresentou a experiência do Canadá com disposições de revisão estatutárias e com as disposições de cessação legal, bem como a Lei de Revogação de Estatutos e o Gabinete Parlamentar do Orçamento, entre outros; **Angelique Massiah** ([apresentação](#) em espanhol), Secretária Parlamentar do Parlamento de Trinidad e Tobago, apresentou o escrutínio pós-legislativo como um objetivo permanente da maioria dos inquéritos realizados pelas comissões parlamentares, através de um estudo de caso sobre o escrutínio da Lei de Administração da Justiça; **María Fernanda Arreguín Gámez** ([apresentação](#) em espanhol), Coordenadora do Controle Pós-Legislativo no Congresso Estadual de Guanajuato no México, discutiu o trabalho da Unidade de Análise e Monitoramento do Impacto Legislativo responsável por analisar se agentes legalmente encarregados de emitir a legislação secundária necessária para implementar a lei e de avaliar seu impacto socioeconômico realmente o fizeram. O painel terminou com uma apresentação sobre o trabalho do Departamento de Avaliação Legal da Câmara dos Deputados do Chile ([apresentação](#) em espanhol).

O exercício da mesa-redonda apresentou aos parlamentares a oportunidade de trocar experiências e percepções de seus respectivos países ao avaliar a eficácia da legislação modelo relacionada ao acesso à informação, à violência contra as mulheres e à proteção aos denunciantes.

### LOCAL

Quito, Equador

### DATA

12 de março de 2019

### PARTICIPANTES

Mais de 70 parlamentares, assessores parlamentares e representantes da sociedade civil, representando 27 países



## Recursos Adicionais sobre Escrutínio Pós-Legislativo

- ➔ [Escrutínio Pós-Legislativo nas Américas](#) (em espanhol)  
Descreve o processo e as razões para o escrutínio pós-legislativo e examina as tendências relevantes nos parlamentos deste hemisfério.
- ➔ [Princípios do Escrutínio Pós-Legislativo pelos Parlamentos](#) (em espanhol)  
Visa assistir parlamentos interessados em iniciar ou fortalecer práticas de escrutínio pós-legislativo resumindo práticas relevantes e discutindo o mandato para conduzir o escrutínio pós-legislativo no parlamento (o "porquê"), o escopo (o "o quê"), os participantes (o "quem"), os processos (o "como") e o tempo (o "quando").
- ➔ [Declaração de Londres sobre o Escrutínio Pós-Legislativo](#) (em espanhol)  
Apela aos parlamentos e outros intervenientes envolvidos na adoção e implementação de leis que se comprometam e contribuam para a qualidade e eficácia da legislação e sua implementação.

O escrutínio pós-legislativo é crucial para assegurar que a legislação que aprovamos tenha os efeitos e resultados pretendidos. Esta avaliação também nos permite ser muito mais eficazes no nosso trabalho de supervisão parlamentar e, com base neste escrutínio, podemos melhorar as leis dos nossos países, a qualidade da nossa representação política e construir a confiança dos cidadãos nos nossos parlamentos e promover a sua participação.



Membro da Assembleia Nacional **Fernando Burbano** (Equador)



## DESTAQUES DE DECLARAÇÃO

O 4º Encontro da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas foi concluído com a leitura da [Declaração](#) (em espanhol) pela membro da Assembleia Nacional Karina Artega (Equador), e o processo de discussão e aprovação foi moderado pelo Exmo. Membro do Parlamento Robert Nault (Canadá), Presidente do ParlAmericas. Entre os compromissos assumidos pelas delegações parlamentares convocadas para fazer avançar ainda mais os princípios de parlamento aberto, combater a corrupção e fortalecer a supervisão parlamentar, os destaques incluem:

- Monitorar o progresso e acompanhar os esforços de nossos países no combate à corrupção, melhorando a colaboração entre todos os setores do Estado na busca de uma governança democrática fortalecida, que eram todos aspectos do Compromisso de Lima.
- Estabelecer oportunidades de colaboração com organizações da sociedade civil no desenvolvimento e implementação de estratégias para fortalecer a supervisão e a abertura parlamentares em todos os setores do governo, com atenção especial às políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, mudança climática e inclusão dos povos indígenas.
- Cocriar e implementar planos de ação de parlamento aberto ou outras iniciativas em colaboração com a sociedade civil e o pessoal parlamentar, com o objetivo de desenvolver ferramentas e processos participativos que contribuam para fortalecer a supervisão parlamentar e promover a abertura de instituições governamentais.
- Considerar, durante as fases iniciais do processo de elaboração legislativa, dados demográficos e evidências relevantes que contribuam para a elaboração de indicadores e metas específicos, desagregados por gênero e outros fatores sociais relevantes para o contexto nacional, que possam ser posteriormente utilizados para avaliar leis e políticas governamentais através dessas lentes específicas. Onde dados e evidências relevantes não existem, advogar que sejam coletados.
- Estabelecimento e fortalecimento de mecanismos abrangentes para o escrutínio e análise legislativos que garantam a efetiva implementação e cumprimento dos objetivos pretendidos e a promoção da adoção da Declaração Global sobre o Controle Pós-Legislativo.



## Parlamentos Presentes:



Antígua e Barbuda



Chile



Granada



Paraguai



Argentina



Colômbia



Guatemala



Peru



Bahamas



Costa Rica



Haiti



Santa Lucia



Barbados



Cuba



Jamaica



Suriname



Belize



Dominica



México



Trinidad e Tobago



Bolívia



Equador



Nicarágua



Venezuela



Canadá



El Salvador



Panamá

## Comitê Executivo da Rede Parlamento Aberto do ParlAmericas

Durante o Encontro, o Exmo. senador **Ranard Henfield** (Bahamas) foi eleito para o cargo de vice-presidente - Caribe. O Comitê Executivo do RPA agora é formado pelos seguintes membros:

### **Blanca Ovelar**

Presidenta  
Senadora, Paraguai

### **Randy Boissonnault**

Vice-Presidente - América do Norte  
Deputado, Canadá

### **Marvin Orellana**

Vice-Presidente - América Central  
Deputado, Guatemala

### **Ranard Henfield**

Vice-Presidente - Caribe  
Senador, Bahamas

### **Javier Macaya Danús**

Vice-Presidente - América do sul  
Deputado, Chile

### **Andrés García Zuccardi**

Vice-Presidente Suplente - América do sul  
Senador, Colômbia

### **Williams Dávila**

Observador  
Deputado, Venezuela

Canada



ASAMBLEA NACIONAL  
REPUBLICA DEL ECUADOR

Este encontro foi possível graças ao generoso apoio da Assembleia Nacional do Equador e do Governo do Canadá por meio do seu Ministério de Assuntos Globais.

## Podcasts do ParlAmericas

Encontre o ParlAmericas no [iTunes](#) e no [Google Play](#) para ouvir as sessões de nossas reuniões.



# PARLAMERICAS



ParlAmericas É a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas É composto pelas **35 LEGISLATURAS NACIONAIS** da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas Facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas Transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas Promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas Respalda as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas Trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas Está sediada em **OTTAWA, CANADÁ**

Secretaria Internacional do ParlAmericas

710-150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá

Telefone: +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766

[www.parlamericas.org](http://www.parlamericas.org) | [info@parlamericas.org](mailto:info@parlamericas.org)

